

Estado e hegemonia financeira: crítica à política de internacionalização do capital brasileiro do governo do PT

W. VENANCIO DE O GUERRERO*

Resumo: Qual é o limite do modelo do governo do PT? Para responder esta pergunta é necessário estudar com mais detalhe este modelo, tanto na sua definição teórica, quanto nos alcances de suas políticas. O presente artigo pretende discutir um aspecto deste modelo, a política de internacionalização do capital brasileiro por meio de empréstimos do BNDES, e temos como referência o apoio à JBS Friboi e ao setor de carnes. Para isto buscamos uma referencia teórica na teoria marxista do valor para ler alguns dados do setor e da empresa. As conclusões são incompletas, pois fazem parte de uma pesquisa em andamento e nos remete a mais questões quanta às limitações da associação entre o Estado em forma de capital financeiro e um capital do agronegócio.

Palavras-chave: Condição favorável de acumulação; Divisão internacional do trabalho; Campeões nacionais; BNDES; Mercado de alimentos; JBS Friboi; Setor de carnes.

State and financial hegemony: Critical policy of internationalization of the Brazilian capital of PT government.

Abstract: What is the limit of the model of the PT government? To answer this question it is necessary to study in more detail this model, both in its theoretical definition, as the scope of their policies. This paper discusses one aspect of this model, the policy of internationalization of Brazilian capital through loans from the BNDES, and has reference to the supporting JBS Friboi and the meat industry. For this we seek a theoretical reference in the Marxist theory of value to read some data from the industry and company. The findings are incomplete, since they are part of an ongoing research and leads us to more questions how the limitations of the association between the state in the form of financial capital and capital of agribusiness.

Key words: Favorable conditions for accumulation; International division of labor; National champions; BNDES; Food market; JBS Friboi; Meat sector.



* **W. VENANCIO DE O GUERRERO** é Mestrando em Economía de la Universidad Nacional Autonoma de México.

Introdução

Em junho de 2013, os protestos massivos questionaram a emergência do Brasil tanto social como economicamente. Logo do mês de massivas lutas, se viu a desvalorização massiva das empresas de Eike Batista, símbolos do desenvolvimento brasileiro, bem como, de uma política específica do governo do PT: o apoio massivo do BNDES ao fortalecimento de grandes empresas nacionais, transformando-as em campeões nacionais com capacidade de disputar internacionalmente. Outros números começam a indicar a coerência entre política e economia: arrefecimento do crescimento econômico, inflação de alimentos e desvalorização do câmbio. Porém para entender às razões destas falhas e poder pensar o porvir da economia brasileira, é importante aprofundar-se no estudo do modelo do governo do PT. Este é objetivo do presente artigo: um olhar teórico de um aspecto desta política, qual seja, a política de internacionalização do capital brasileiro e utilizamos como referência o apoio ao setor de carnes e à JBS Friboi.

Para nós a Política de Desenvolvimento Produtivo, que se transformou em Plano Brasil Maior, é um grande projeto de internacionalização das empresas brasileiras, avaliados como setores chaves da economia brasileira, criando grandes campeões nacionais com capacidade de disputa internacional, onde o governo garante uma base financeira por meio de empréstimos à centralização e concentração de capital, bem como aos setores na qual se inserem estas empresas. Aqui se cria uma condição de acumulação favorável ao setor e à empresa o que lhe garante uma posição de destaque na divisão internacional do trabalho, em

consequência se desenvolve um monopólio na cadeia de valor e se subordina os fundos públicos à valorização financeira de algumas empresas. Assim, o limite desta política é a capacidade de geração de lucros por parte do setor e da empresa.

Política e particularidade da lei do valor

Para Novoa (2010, p 191) o BNDES estimula uma política de promoção de enclaves econômicos, onde, “empresas que se valem da vantajosa estrutura institucional oferecida pelo país para expandir e monopolizar faixas determinadas de cadeias produtivas transnacionais”. O caso da JBS Friboi é emblemático, pois esta política consegue promover economicamente um setor na disputa do mercado mundial de carnes, possibilitando a valorização acelerada desta empresa, portanto, garantindo condições vantajosas no que toca sua acumulação de capital, o que a transforma em um monopólio, menos no sentido de única empresa no setor, e mais no fato de sua capacidade de controlar espaços de sua cadeia de valor (nacional e internacional), tanto no nível da circulação (mercado e controle de preços), quanto na produção (verticalização do processo produtivo). Aqui é necessário precisar alguns conceitos.

Nossa leitura de valor econômico está baseada na leitura de Marx (1991), segundo a qual uma mercadoria tem seu valor medido pelo tempo socialmente necessário demandando em sua produção. Assim, “quanto mais trabalho, medidos em termos de produtividade social, demanda uma mercadoria, mais valor contém, e seu preço deve aumentar de forma a alocar mais trabalho e satisfazer esta demanda

social” (Baeza, p. 28, 1991). A lei do valor somente tem significado na relação mercantil, ou seja, quando os trabalhos privados são avaliados pelo mercado, e desta forma a concorrência tem um papel fundamental, pois avalia uma mercadoria em relação ao tempo médio de trabalho para produzi-la, logo se está abaixo deste tempo, tem sua mercadoria subavaliada, ou sobreavaliada quanto está abaixo.

Segundo Mandel (1969) a busca por uma produtividade, e com isto um tempo menor que o tempo social, passa a ser o movimento central da lei do valor e motor da acumulação numa dinâmica de disputa mercantil. A divisão do trabalho é a forma como se efetiva esta relação mercantil, ou seja, onde o mercado atribui papéis a diferentes capitais, numa pressão constante, em que capitais se especializam em determinados trabalhos. Este movimento tende a gerar seu contrário, a centralizar e concentrar capitais, não eliminando a competição, pois geram e estimulam novos capitais a entrar no mercado, ao mesmo tempo, que estimulam capitais a formar parte de uma cadeia de valor mais rentável. A divisão internacional do trabalho é a forma de atribuir funções a diferentes países, o que se dá, no desenvolvimento desigual e combinado.

Neste sentido, quando dizemos que a criação de campeões nacionais é a promoção de setores vanguardas no processo de acumulação nacional e internacional, está relacionado com a ideia de que estes setores conseguem vantagens na produção de valor, isto é, conseguem produzir com uma produtividade abaixo da média brasileira e internacional, bem como podem adquirir outras vantagens que permitem um maior controle do

processo produtivo e na cadeia de valor, aqui nos referimos ao apoio estatal que ao redistribuir fundos públicos, redistribui a mais-valia produzida por outros setores como fundo de acumulação de alguns setores eleitos como estratégicos.

Neste sentido, definimos a política de internacionalização de capital como uma particularidade da lei do valor, pois é uma configuração específica de geração de valores, e de distribuição do excedente econômico, ou seja, redistribuição da mais-valia¹ produzida em benefícios de alguns setores. Esta articulação privilegia alguns setores em detrimento de outros, assim a forma de conseguir um lugar confortável na divisão social do trabalho, é impor uma condição de acumulação do capital em que algumas empresas conseguem ser vanguarda, ao mesmo tempo, sobrecarrega fundos públicos, e com isto as condições de reprodução da força de trabalho. Esta política tem o crédito e a utilização de fundos públicos como motor para impulsionar a centralização e concentração de capital, ao mesmo tempo, que garante às condições que citamos. Assim, a política do governo do PT é um tipo de política de capital, pois se dá subordinada à hegemonia do capital portador de juros, portanto é uma forma específica do movimento da teoria do valor.

¹ No capitalismo o excedente econômico aparece de uma forma particular, é a expressão de uma de relação social de produção de excedente, como valorização do valor, e, portanto, produção de um tempo excedente, (D-D') diferença entre o trabalho socialmente necessário de reprodução da força de trabalho e o trabalho como produtor de mercadorias, Marx chamará este trabalho de excedente de mais-valia, que deve dividir-se para retribuir as diversas funções do capital, qual seja, lucro industrial, lucro comercial, renda da terra e juros.

Hegemonia financeira e contexto de políticas.

A lei do valor é um conceito histórico e, portanto, suas relações fundamentais de exploração da força de trabalho e de valorização do capital e geração de mais-valia acompanham o desenvolvimento do próprio capitalismo. Para nós a hegemonia financeira nasce com a crise de 1970, ou seja, no esgotamento do padrão de acumulação fordista-keynesiano que se demonstrou ineficaz para garantir uma taxa adequada de lucratividade. Esta hegemonia está relacionada, portanto, com um novo contexto de acumulação do capital, ou seja, padrões e formas que se demonstram mais aptas e rentáveis para o capital e funcionam tal como na perspectiva de Mandel (1986), nas necessárias forças exógenas para impor uma reestruturação do sistema e sanar (temporariamente) o capitalismo, entretanto, gerando novas contradições, que, ao nosso ver, criaram um capitalismo dependente do capital portador de juros.

Seguindo Harvey (1990), se pode fazer uma análise da dinâmica do capital como a contradição valorização-desvalorização, ou seja, o processo de acumulação busca valorizar o valor e com isto produzir lucro. Por outro lado, a valorização gera contradições, pois o aumento da produtividade do trabalho diminui o valor unitário de cada mercadoria, o que faz com cada vez mais capital necessite ser valorizado, ao mesmo tempo, que a capacidade de produzir lucro diminui, ou seja, é necessário desvalorizar capitais como forma de voltar a valorizar, a crise neste sentido reconfigura a padrão acumulação e de circulação, e com isto, abre novos cenários para a divisão do trabalho.

Portanto, neste sentido a desvalorizações que ocorreram durante a crise dos 1970, abriram caminho para reorganização da hegemonia do capital, e isto significa impor uma condição de valorização distinta e um padrão de distribuição da mais-valia onde a fração financeira da classe dominante tem capacidade de impor sua vontade em relação às políticas dos Estados Nacionais, o que gera condições de apropriação privilegiada para este setor. Neste sentido o movimento do capital portador de juros acaba por ser hegemônico no padrão de acumulação, o que significa pensar onde a acumulação do capital dinheiro domina e dirige a acumulação real. Neste sentido a valorização financeira dos capitais reais sejam industriais, de serviços ou agrícolas tem uma preponderância para definir seus investimentos e as condições de acumulação e geração de valores.

Para Marx (1991), a fórmula do capital portador de juros é a forma mais acabada e fetichista do capital, $D-D'$, onde o excedente tem uma forma de autovalorização, dependente da expectativa de trabalho futuro. Quando o capital portador de juros adquire a forma de títulos e de ações se configura um mercado paralelo, em que as trocas destes papéis os valorizam, tendo em vista a perspectiva de crescimento exponencial de seus ganhos. Estes papéis implicam um aumento do fluxo monetário, que estimula a produção e a acumulação de capital real, porém este fluxo é feito sem um equivalente de excedente real, e este estímulo da acumulação real pela acumulação de capital dinheiro flexibiliza preços e lucros, porém ao serem cobradas deprimem no mesmo sentido a produção e o consumo.

Quando dizemos que o contexto da política do capital é sob a égide do capital portador de juros, não queremos concluir com isto, um capitalismo sem crescimento (isto é, sem acumulação), e sim, um ciclo econômico viciado num movimento de inflação dos valores e, logo, de desvalorização ríspida dos mesmos. Aqui, portanto a política segue cada vez mais perto a euforia de gerar expectativas ante um mercado, um país e um capital específico, isto faz a economia crescer, ampliar produção, gerar massa de valores e de lucro, reinvestir e acumular, porém, logo que a expectativa de produção e de trabalho gerado não corresponde com a realidade, quando a taxa de juros cresce ou quando às taxas de cambio desvalorizam, as bolhas explodem e a crise se expressa por uma crise de realização de expectativas.

Assim, a política do governo do PT é de utilização do crédito como protagonista na valorização dos capitais brasileiros, daqueles eleitos como setores chaves. O repasse de dinheiro é a transferência de *trabalhos privados* feito em outros setores para um setor específico. O fundo de trabalho e o fundo de acumulação aparecem aqui como fundo público, na expressão de um banco de desenvolvimento, que redireciona a mais-valia total a outros setores. Esta é uma política subordinada ao movimento do capital portador de juros, onde os fundos públicos se tornam parte da valorização de capitais internacionalizados que cotizam na bolsa de valores.

O objeto de nossa pesquisa se encontra em um setor específico, a JBS Friboi se valoriza financeiramente dentro das condições do setor agrícola, principalmente no setor de carnes. Aqui, portanto, a política de

internacionalização toma um escopo diferencial, pois busca criar uma condição de acumulação no setor agrícola e deve levar em conta a concorrência do mercado de alimentos. Neste sentido o crescimento e centralização da JBS Friboi busca entrar nos mercados mais rentáveis do setor e enfrentam condições específicas de produção.

Condições de disputa do mercado mundial de alimentos

Para Blanca Rubio (2001) o atual expediente da concorrência mundial no mercado de alimentos gera diversas contradições econômicas: distorção de oferta de alimentos e inflação de preços. Para a autora mexicana, este processo teve como impulso a política agressiva dos Estados Unidos a partir dos anos 1970. Assim, o setor agropecuário foi visado como forma de recuperação econômica para a economia estadunidense ante o surgimento da concorrência no setor industrial por parte de Alemanha e Japão.

Neste sentido, a disputa geopolítica do mercado mundial reconfigura a divisão internacional do trabalho. O padrão de acumulação no setor se estabelece a partir de acordos bilaterais desvantajosos, subsídios e protecionismo por parte da principal potência econômica e bélica: os Estados Unidos. É desta forma que temos de ler a disputa pelo mercado mundial de alimentos que estabelece um padrão possível de concorrência e possíveis reconfigurações da divisão internacional do trabalho. Um capitalismo onde os Estados Unidos impõe um padrão de acumulação baseado em rendas inflacionadas e, onde as

agroalimentarias² seguem e são direcionados pelo capital portador de juros.

Desta forma, é importante outro conceito da teoria do valor de Marx (1991): a renda da terra. Segundo Marx (1991), a terra é meio de produção não reproduzível, o que pressupõe o monopólio de “certas pessoas que lhes dá o direito de dispor sobre determinadas porções do planeta como esferas privativas de sua vontade própria, com exclusão de todos os demais. Partindo disto, se trata de explorar o valor econômico, ou seja, de valorizar este monopólio a base da produção capitalista” (Marx, 1991, p. 589).

Por outro lado, a terra não é produto de trabalho humano, saltando a contradição entre valor como trabalho cristalizado e preço como expressão de valor de troca. Harvey (1989) na sua leitura de Marx (1991) analisa que o preço pode saltar do valor, ou seja, o fetiche implicado no processo de troca faz com que a coisa por si mesma tenha um preço sem que contenha um valor, é o caso da terra e dos títulos fictícios³.

² Aqui utilizamos o conceito de agroalimentarias, seguindo a leitura de Blanca Rubio (2001), como empresas transnacionais com capacidade de: “1) Presionar el precio interno de los productores latinoamericanos mediante la importación de insumos extranjeros; 2) Sustituir la producción interna por producción importada cuando los precios externos y la calidad les resulta beneficiosa, 3) Utilizar los créditos externos para la compra de alimentos como un negocio de tipo financiero 4) Beneficiarse de subsidios a la comercialización 5) Elevar los precios de los bienes finales. (Rubio B. 2001, p.124)”.

³ Neste sentido a captação de renda está associada tanto ao capital fictício como a terra, onde há uma associação entre a forma de valorização da propriedade territorial e da valorização do capital portador de juros.

Este tributo é uma dedução da mais-valia e limita a acumulação, pois não gera novo trabalho e pode ser cobrado de outros setores com o aumento do preço agrícola, ou por meio da diminuição do salário do operário por debaixo de seu nível médio normal, “o aumento do valor da terra será idêntico à depreciação do trabalho, o alto nível do preço da terra coincidirá com o baixo nível de preço do trabalho” (Marx, 1991, p. 585).

Tal como explica Harvey (1991, p. 340), a apropriação da mais-valia pelos capitais se transforma em uma luta intensa, e quanto maior é o poder monopólico do proprietário de terra, a ligação entre a “exploração e a concorrência” fica limitada e a “distribuição de trabalho social a estas ou aquelas atividades ficará distorcida”. O que significa, portanto, este conceito para pensar o contexto de concorrência do mercado de alimentos, dentro da hegemonia do capital portador de juros?

A política de internacionalização do capital brasileiro busca valorizar agroalimentárias transnacionais com capacidade de apropriar-se de espaços de valorização em um campo capaz de gerar rendas monopólicas⁴. Segundo Valle Baeza (1991) se pode visualizar o excedente extra que advém da renda a partir o crescimento dos preços de um

⁴ Há várias de formas de captação de renda, desde a utilização de crescimento da produtividade da terra e prêmio ao capital que logra inovar no setor agropecuário, até a renda por conta do aumento da demanda de terra, que exige a utilização da terra mais improdutivo. O primeiro tipo, Marx chamou de renda diferencial e o segundo de renda absoluta. Não há espaço para aprofundar este tema, porém no que tange nosso trabalho, entendemos que a forma de renda absoluta por imposição de um tipo de concorrência, é a mais equivalente ao nosso trabalho.

setor. Este fluxo monetário não pode ser criado sem contrapartida de valor, onde se “sobrevaloriza o tempo de trabalho em única rama, porém unicamente a custa de subvalorizar o trabalho gastado em outras” (Alejandro Valle Baeza, 1991, p. 95), assim deve ser uma redistribuição de trabalhos excedentes produzidos em outros setores⁵. A ideia é conseguir impor um preço crescente que possa ser pago por àqueles que consomem do setor agrícola. Assim, os indicadores⁶ mais importantes para a captação da renda seriam exportação e preços dos alimentos, para o nosso caso, a variação do preço da carne ganha releve especial.

A valorização financeira é o pano de fundo, isto é, o movimento no mercado de capitais impulsiona esta política a partir da determinação dos preços das ações destas empresas valorizadas pelo governo e por meio da negociação intensa de contratos de commodities⁷. Neste sentido a política se apoia na acumulação de capital dinheiro para impulsionar o crescimento dos capitais internacionalizados, isto é, aqui se pode ler a associação entre o setor agrícola e

a hegemonia financeira, geradores de renda e juros como importantes formas de distribuição de excedente econômico e objetivo de disputas econômicas.

A política do BNDES para disputar mercado internacionalmente.

Segundo, Luciano Coutinho⁸ (2002, p. 12), a superação da fragilidade externa brasileira exige a seguinte conclusão: “a exportação de produtos intensivos em tecnologia, combinada com a internacionalização e apoio estatal para o fortalecimento competitivo parece ser uma das chaves para a ocupação mais nobres nos mercados e na oferta mundial”. Seguindo esta ideia, o Plano de Desenvolvimento Produtivo (2008) propôs como diretrizes, “manter ou posicionar o sistema produtivo e empresas entre os maiores player’s mundiais, com ênfase, na expansão da capacidade, aumento da exportação, internacionalização empresarial, liderança tecnológica”. Para nós, a política que se desenha por meio do Plano e da conclusão do presidente do BNDES, é uma busca por consolidar-se ante um contexto de capital portador de juros e acirramento de competição no mercado de alimentos.

Para o setor de carnes, o PDP (2008) previa:

- 1) Consolidar Brasil como maior exportador mundial de proteína animal;
- 2) Fazer do complexo de carnes o principal setor exportador do agronegócio brasileiro;
- 3) Exportar US\$ 14 bilhões em 2010;
- 4) Ampliar o acesso à mercados com a eliminação das barreiras comerciais;
- 5) Melhorar o status sanitário da pecuária nacional;
- 6)

⁵ Harvey (1990) propõe que a forma de distribuição depende da disputa entre setores e classes sociais.

⁶ A distribuição de lucros entre os setores e a relação de preços de alimentos/salários são outros indicadores importantes, porém estes dados ainda não foram sistematizados em nossa pesquisa, porém é a intenção para outros artigos a serem publicados.

⁷ Estudo econométrico de Mauro de Rezende Lopes, Ignez Vidigal Lopes e Carlos Marmello (folha 5, 2012) verificou uma associação entre “a lógica de dois mercados: por um, lado, o mercado financeiro, representado pelo índice S&P 500 (índice que usado como uma medida geral dos preços das ações que atraem ou afugenta investidores), e o Índice CRB (que é composto por uma cesta de commodities, utilizado como termômetro dos preços das commodities)”.

⁸ O mentor da política de campeões nacionais, o atual presidente do BNDES.

Modernizar e ampliar a infraestrutura logística; 7) Garantir o fornecimento de insumos para a produção animal; 8) Aumentar o número de matrizes no rebanho nacional; 9) Agregar valor à carne exportada.

Em 2010, o setor de carnes brasileiro não exportou US\$ 14 bilhões de dólares previstos pelo PDP. Porém, chegou a US\$ 13,3 bilhões de dólares, logo em 2011 conseguiu superar a meta de US\$ 15,4 bilhões de dólares. Este dado para nós corresponde a dois fatores: i) ao apoio estatal, principalmente, por empréstimos ao setor feito pelo BNDES ii) a captação de renda agrícola, num contexto de aumento da demanda de alimentos e do crescimento deste tributo, originário de outros setores.

No ano de 2009 de todos os empréstimos do BNDES⁹ em relação ao setor industrial, R\$ 6,3 bilhões foram para a agroindústria, em 179 operações com 60 empresas, 52% do total dos empréstimos do BNDES foi para a indústria de alimentos (setor agropecuário, produção agroindustrial, exportação). Este fator promove uma condição favorável de acumulação deste setor, ao capitalizar toda a franja da cadeia de valor¹⁰. Assim, distinto dos países que não têm incentivos para produzir (exemplo México e América Central), por conta dos acordos, o setor agropecuário brasileiro é estimulado a captar o crescimento dos preços de alimentos.

Em termos de valores realizados (US\$/toneladas) de exportação de carne bovina, podemos visualizar como às condições de acumulação deste setor e como Brasil consegue alçar-se na disputa mercado de alimentos. Seleccionamos o preço médio dos principais exportadores 2005-2010, e relacionamos com sua média (formando um preço mundial). Verificamos que houve um aumento do preço médio mundial de US\$ 3.394,00 por tonelada para US\$ 4.768 por tonelada. Os preços brasileiros estão 33% abaixo do preço mundial, enquanto os Estados Unidos tem um preço 11% abaixo do médio.

⁹ Relatório Anual do BNDES de 2009.

¹⁰ Que é o mesmo que dizer numa perspectiva da teoria de valor, onde os trabalhos passados necessários para processar uma carne - até chegar ao consumidor - têm seus tempos reduzidos, pois conseguem apoio logístico, comercial e produtivo, dado a valorização em capital-dinheiro por meio dos empréstimos do BNDES.

Tabla 1 – Precio de los principales exportadores de carne bovina en términos de valores realizados (U\$/tonelada)

Posición	Región	2010	% acima del precio medio mundial en 2010	Precio medio (2005-2010)	% acima del precio medio mundial (2005-2010)
1	Brasil	4066	-21	3183	-33
2	Australia	4215	-18	3827	-20
3	Estados Unidos de América	4560	-11	4219	-12
4	Países Bajos	6862	34	6960	46
5	Irlanda	5689	11	5736	20
6	Nueva Zelândia	3812	-26	3421	-28
7	Alemania	5752	12	5884	23
8	Canadá	3320	-35	3204	-33
9	Argentina	6841	33	4601	-3
10	Uruguay	4417	-14	3668	-23
11	Paraguay	4242	-17	2981	-37
12	Italia	5340	4	5064	6
13	Francia	5469	6	5609	18
14	Bélgica	6140	19	6230	31
15	Reino Unido	6357	24	6357	33
	Mundo	5139	0	4768	0

Fuente: Elaboración propia con datos de la FAO 2013

Estes dados são coerentes com o conceito de condições favoráveis de acumulação e demonstram que do ponto de vista do setor de carnes bovina¹¹, o Brasil consegue ser mais produtivo que os Estados Unidos, ou seja, tem mais capacidade de gerar valor e, portanto, de excedente, pois consegue um preço médio mais baixo.

Os dados dos principais exportadores do mercado de carne bovina reforçam este quadro, o Brasil foi o principal exportador em 2010, e perdeu o posto para Austrália em 2011. Os Estados

Unidos é o terceiro maior exportador de carne. Brasil, Austrália e Estados representam 53% das exportações mundiais (JBS, 2012; Bradesco, 2012). Estes dados reforçam a tendência, onde o setor de carnes aparece com capacidade de disputa, por conta do apoio e de sua produtividade elevada em relação aos outros países competidores. BNDES (2007) afirma que uma das vantagens brasileiras no setor é a criação do boi solto, onde o setor se utiliza da extensão de terras agrícolas brasileiras. Neste sentido, a tendência é do aumento de rebanho, onde há uma previsão de crescimento de 172.111 mil cabeças em 2006 para 203.715 mil em 2013 (USDA, 2012).

Aqui podemos visualizar: reconfiguração da divisão internacional do trabalho, onde os Estados Unidos propõe um novo marco de concorrência no mercado de alimentos. Brasil se

¹¹ Os dados do mercado de frango e de suínos também indicam o mesmo quadro de avanço brasileiro, bem como outros produtos agrícolas, pelo espaço do artigo, optamos pela carne bovina, pois é um produto altamente representativo do setor, dado que demanda mais trabalho que outros. Além do mais é onde a JBS Friboi tem maior especialidade, dado que é o primeiro mercado da empresa.

consolida e se fortalece como exportador e produtor no setor de carnes bovino com apoio financeiro e com a ampliação de fronteiras agrícola consegue criar uma condição de geração de valor competitiva mundialmente. Desta forma, do ponto de vista setorial, a política consegue seu objetivo, porém não basta somente fortalecer-se na exportação de carnes, é necessário manter empresas com capacidade de disputar internacionalmente. No próximo tópico analisaremos alguns dados da JBS Friboi, que reforçam a ideia da criação de uma empresa monopólica com capacidade de disputa internacional.

Valorização da JBS Friboi

Luciano G. Coutinho (2002) expressa esta política nos seguintes termos: “Nos casos dos setores de celulosa e papel, petroquímica, siderurgia, alimentos industrializados, café, sucos cítricos, soja e derivados, aves, suínos, calçados, movimentos prévios de consolidação em grandes grupos nacionais parece indispensável para que mínima empresarial seja alcançada”. Para desta forma “consolidar a aliança entre sólidas políticas de promoção e negociação comercial específica de desenvolvimento produtivo e tecnológico, políticas de negociação com o capital estrangeiro e políticas de apoio à internacionalização de empresas de capital nacional” (Coutinho, 2002).

Assim esta política busca criar condições nas quais capitais nacionais consigam se tornar, tal como a JBS Friboi, na:

Maior empresa em processamento de proteína animal do mundo, atuando nas áreas de alimentos, couro, biodiesel, colágeno e latas. A companhia está presente em todos os continentes, com plataformas de

produção e escritórios no Brasil, Argentina, Brasil, Argentina, Itália, Austrália, EUA, Uruguai, Paraguai, México, China, Rússia, entre outros países (JBS, 2013).

De acordo com o ranking do Fortune 500 (2012) a JBS Friboi é a 286ª maior empresa do mundo, é a quarta brasileira depois da Vale do Rio Doce e a 5ª maior da América Latina de acordo com a CEPAL (2011). Em termos de EBTIDA¹² gerou em 2012 um montante de R\$ 4.410,3 milhões e de receita líquida um total de R\$ 75.696,7 milhões¹³, e abateu 16.359,3 (milhares/cabeças bovinas) e teve uma exportação de US\$ 9.830,2 milhões¹⁴.

¹² Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização. O EBITDA é um indicador financeiro que representa a geração de excedentes da empresa, ou seja, pode ser uma aproximação razoável da mais-valia, pois representa o lucro gerado sem a distribuição ao capital financeiro (juros + amortizações) e impostos. Por outro lado, ainda é impreciso, pois leva em consideração a transferência do capital fixo ao valor realizado, ou seja, depreciação.

¹³ Para que se tenha uma ideia mais precisa da grandeza deste dado, é interessante comparar com o orçamento do Estado do Paraná, que no ano de 2012 foi de R\$ 31,2 bilhões de reais. Assim a arrecadação de um dos Estados mais ricos do Brasil, representa metade do da JBS Friboi.

¹⁴ Este dado representa um fenômeno transnacional, a exportação de suas unidades distribuídas no mundo para países externos a elas, ou seja, a exportação da JBS USA é o que eles vendem para fora dos Estados Unidos. Podemos perceber como os acordos bilaterais dos Estados Unidos favorecem a JBS Friboi, o México representa 14,6% das exportações da JBS Friboi, isto é, o maior destino em termos de país. Aqui é a população mexicana que paga a renda gerada no setor, o mais interessante deste dado, segundo BNDES (2007) o acordo do TLCAN favorece a transferência da carne in natura com baixos custos do México aos Estados Unidos e aqui se faz o processamento e

Em termos de crescimento este processo segue a história da política de internacionalização do BNDES:

i) Em 2005, a JBS se torna uma empresa internacional com a aquisição da Swift Argentina; ii) Em 2007, se torna uma empresa de capital aberto na bolsa de valores brasileira e passa a ser a maior empresa do setor de carne bovina com a aquisição da Swift & Company nos Estados Unidos e na Austrália; iii) Aqui ingressa no mercado de PORCO nos Estados Unidos, utilizando a marca Swift ao nível mundial; iii) Logo em 2009, consolida sua plataforma de produção de proteína no mundo e diversifica sua atuação. Com a compra da Pilgrim's Pride, a JBS ingressa no segmento de frango e com a incorporação da Bertin Ltda., empresa brasileira, no segmento de laticínios e biodiesel (JBS, 2013)

O crescimento da receita líquida antes da entrada do governo Lula era estável e no ano de 2001 caiu de R\$ 0,5 bilhão à R\$ 0,4 bilhão em 2002. Logo a partir da entrada do governo Lula em 2003 passa de R\$ 0,7 bilhão a 1,2 bilhões em 2004, com variação de 75%. Porém, terá sua maior variação no ano de sua abertura de capital na bolsa de valores e entrada no mercado dos Estados Unidos, em 2007 tem um crescimento de 568%, ou seja, suas receitas se multiplicam em 8,5 vezes. O capital social – indicador que visualiza a participação acionária – cresceu de 2007 a 2012 em 1005%, multiplicando-se em 11 vezes, chegando à cifra atual de R\$ 21,5 bilhões. O EBITDA cresceu desde a entrada do governo Lula em 2284%, ou

seja, multiplicando o excedente gerado de 185 milhões em 23 vezes¹⁵.

A relação entre esta ampliação e a política do BNDES não é direta e sim no favorecimento de condições para esta ampliação, por meio de empréstimos para fusões, de estímulo ao setor de carnes, além de um contexto em que o mercado de alimentos, tal como dissemos acima, passa por um contexto de acirramento da concorrência e, portanto, de crescimento dos preços e da renda captada pelo setor. Bem como na valorização financeira, ou seja, os capitais provindos da bolsa de valores¹⁶ que estimulam a liquidez e possibilita ampliação de vendas com compras de outras empresas, além de valorizar o próprio capital por meio de negociação das ações nos mercados de capitais (brasileiro e estadunidense) a partir de expectativas de lucros da empresa.

Porém, o que possibilitou esta valorização financeira foi, principalmente, a alavancagem financeira feita pelo BNDES. Ela se tornou esta rede transnacional por meio das condições favoráveis de centralização fornecidas pelo BNDES, o aporte de empréstimos para a fusão da JBS e da Pilgrim's Pride redundando na participação acionista do BNDES de 20% e da Caixa Econômica Federal com 10 % do capital da JBS.

Segundo, BNDES (2009)

(...) a linha de financiamento criada em 2005 para dar suporte às estratégias de internacionalização das empresas brasileiras já

retorna para o país mesoamericano com maior custo.

¹⁵ Estes dados se encontram nos relatórios anuais da JBS Friboi, ver site www.jbs.com

¹⁶ Atualmente metade do capital social se compõe de ações comercializadas na bolsa de valores.

desembolsou no período 2005-2009 mais de R\$ 4,5 bilhões, com destaque para as operações do grupo JBS-Friboi. Foram desembolsados recursos para os setores da agroindústria, bens de capital, construção e engenharia, eletroeletrônica, energia, serviços técnicos diversos e tecnologia da informação. Os investimentos foram utilizados na ampliação da capacidade, aquisições, construção de novas plantas, expansão de atividades e/ou instalação de filiais; e forma destinados para Alemanha, Argentina, Austrália, Costa Rica, Egito, Espanha, Estados Unidos, França, Holanda, Inglaterra, Índia, Irlanda, Itália, México, Paraguai, Peru, Rússia y Turquia.

É necessário ganhar posições no mercado de alimentos, pois sem estes aportes “difícilmente o Brasil ocupará novos espaços” (Coutinho, 2002). Este apoio na centralização e concentração de capital e na aquisição de meios de produção cria uma empresa agroalimentaria que se impõe na acumulação de capital, dentro da cadeia de valor, e, portanto na apropriação do excedente.

Um estudo econométrico, realizado por Antonio José Maristrello Porto e Rafaela Nogueira (2011), avaliou a política do governo à JBS Friboi por meio de um estudo econométrico do setor de carnes e de café – onde não houve política de apoio – e chegaram a conclusão que o impacto dos empréstimos do BNDES gerou um aumento da diferença entre o preço pago ao produtor e o preço final da carne da carne bovina, enquanto não há a mesma variação no mercado de café. A pesquisa tem como referência antes da crise de 2008 e depois dela, demonstrando que a política de apoio à internacionalização das empresas gerou

no mercado de carnes uma distorção na cadeia de valor, e, portanto, para nós, uma apropriação do excedente de outros setores, onde os *trabalhos passados* incorporados nos insumos da JBS são subavaliados e, desta forma a empresa consegue captar o aumento dos preços internacionais, isto é, apropriar-se da renda gerada no setor¹⁷.

Conforme expõe Mathias Luce (2010), a JBS Friboi é um marco da política de desenvolvimento do governo do PT.

O crescimento espantoso da JBS FRIBOI para as condições de maior multinacional brasileira de alimentos e como principal processadora mundial de carne bovina tem como prelúdio a aquisição na Argentina do frigorífico Swift Armour. A operação de US\$200 milhões é um marco no processo mais recente de formação de multinacionais brasileiras. Foi quando estreou a política do governo Lula da Silva de apoio à internacionalização de empresas brasileiras. Esta política começou com a reforma dos estatutos do BNDES para financiamento de operações de empresas brasileiras no exterior. Na operação de aquisição Swift Armour, BNDES liberou US\$80 milhões (Luce, M. 2009).

Assim, é o Estado fazendo dos fundos públicos, capital financeiro que dirige e depende da valorização da JBS, ou seja, indiretamente subordinando às políticas públicas ao desempenho financeiro de algumas empresas transnacionais brasileiras. No caso do FAT, o seguro desemprego passa a depender indiretamente de uma valorização das

¹⁷ Que é o mesmo que dizer, subavalia os trabalhos passados e sobreavalia seu trabalho presente como forma de apropriar-se da mais-valia produzida por outros setores.

empresas internacionalizadas. Uma crise generalizada pode gerar riscos no fundo que serve como precaução e política anticíclica durante aumento do desemprego. Por exemplo, com a quebra das diversas empresas, onde o BNDES é sócio, haveria maior desemprego e, portanto, maior demanda deste direito, por outro lado, menos recursos, pois os dividendos ao BNDES diminuiriam e correriam riscos em cobrir os empréstimos oriundos do FAT¹⁸.

A guisa de conclusões, alguns questionamentos.

A conclusão deste trabalho está em aberto e nos leva a mais questionamentos. Qual é o limite desta política? A JBS Friboi cresceu e se valorizou, amplia operações em áreas complementares, aproveitando do crescimento do setor e da valorização da carne no mercado mundial. Mas qual é o limite deste crescimento, será que é possível crescer indefinidamente no capitalismo? Qual é o limite da valorização? Segundo o marxismo há um limite no crescimento, e toda valorização implica uma necessidade de maior capacidade de geração de dinheiro e lucro e com isto de mercado. Será que o crescimento de preço do setor é ilimitado ou está carregado de

contradições que caminham junto com a crise?

Segundo Shaik (1991, p. 43), “a rentabilidade regula a saúde da sociedade capitalista”. Portanto, para que esta política tenha relevância constante, o Estado deve prover ao capital, uma taxa de lucro sempre crescente, pois se quer ter crescimento econômico, é necessária uma escala de lucro sempre ampliada, pelo menos maior do que os ganhos com os juros médio do mercado.

Por outro lado, como pensar esta política em termos de importância brasileira no cenário internacional? Em que sentido é possível resgatar a ótica do imperialismo para poder interpretar este processo. Para Virginia Fontes:

(...) há uma escalada imperialista de acumulação e concentração de capitais em determinados setores, em que pese seu caráter subalterno, constituiu extensa organicidade interna, revelada, por exemplo, no papel desempenhado pelo Estado para assegurar tanto o impulso à concentração, quanto a expansão externa de tais capitais” (Virginia, 2010, p. 222)

Novoa (2010) interpreta a atual política de internacionalização brasileira como “um reposicionamento vantajoso na divisão internacional do trabalho, o BNDES, manterá sua posição nuclear, na concepção e operacionalização desse deslocamento. O Banco, desde então, vem protagonizando dinâmicas de concentração e centralização dos capitais postados no Brasil, projetando como uma coleção de habilidades, especializações e fronteiras de mercado. Um espaço assumidamente dedicado a valorizar capital despatriado”. (Novoa, 2010, p. 122)

¹⁸ Uma situação parecida aconteceu em 2009 quando a crise internacional teve algum impacto no Brasil houve crescimento do desemprego, o trabalhadores demandaram aumento das parcelas do seguro desemprego de 5 para 10, o que foi negado pelo governo com a justificativa de um FAT deficitário. Logo a questão, a saber: se houvera uma crise destas grandes empresas internacionalizadas, como ficará o fundo? (ver: Estadão, 2009, <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,deficitario-fat-nao-tem-dinheiro-para-ampliar-seguro-desemprego,327110,0.htm>)

Nosso estudo da JBS Friboi ainda deixa questões em aberto, pois é um trabalho em andamento. Contudo, alguns dados que levantamos demonstram que a política de internacionalização é efetiva em alcançar posições privilegiadas em um campo de disputa da divisão internacional de trabalho, o mercado de alimentos. Os empréstimos ao setor e à empresa – além de outros favorecimentos que não foram tocados neste artigo – se configuram em uma condição de acumulação favorável ao setor de carnes, entre outros setores eleitos chaves à política do governo do PT. A economia bovina brasileira, principalmente a JBS Friboi, logra captar a renda internacionalizada da terra – inflacionada por conta das condições de concorrência impostas pelos Estados Unidos – por meio das exportações e da possibilidade de repassar ao consumidor o aumento de preços de carne e diminuir o preço de custo, isto aumenta a pressão pela inflação de alimentos interna, pois a ampliação da produção de carne, por ser altamente demandante de terra, rivaliza com outros produtos.

Falta-nos uma análise mais aprofundada entre os dados da comercialização das ações JBS Friboi no mercado de capitais e outras variáveis financeiras para visualizar com mais detalhamento a financeirização da economia, porém se pode visualizar isto a partir do crescimento extraordinário do capital social a partir da abertura de capital da empresa na bolsa de valores e da compra da Pilgrim's Pride – que já era sociedade anônima. Neste mesmo sentido a política de empréstimos demonstra uma associação entre Estado como portador de capital dinheiro e o capital transnacional. Aqui está a pista para entender um aspecto do modelo do

governo do PT e visualizar melhor suas contradições do porvir.

Referências

BAEZA, Alejandro Valle (1991). **Valor y precio una forma de regulación del trabajo social**. Universidad Autónoma de México, Ciudad México. Mexico.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES). Relatórios Anuais de 2005-06-07-08-09-10-11-12. Disponível em www.bndes.gov.br, data de pesquisa: 12 de junho de 2013.

CEPAL. **La inversión extranjera directa en América Latina y el Caribe**. Naciones Unidas: Santiago de Chile, junio de 2011.

COUTINHO, Luciano. **Marcos e Desafios de uma política e indústria contemporânea in: Desenvolvimento em debate: Painéis do desenvolvimento brasileiro**. Org. Ana Celia Castro, Rj: Mauad: BNDES, 2002.

FONTES, Virginia. O Imperialismo brasileiro. In: **Empresas transnacionais brasileira na América Latina, um debate necessário**/Organização: Instituto Rosa Luxemburg Stiftung... et al. –1 ed.—São Paulo Expressão Popular, 2009.

JBS FRIBOI. **Relatórios Anual de Sustentabilidade** de 2008-09-10-11-12, disponível no site: <http://www.jbs.com.br/>, data de pesquisa: 20 de novembro de 2012.

HARVEY, David (2001). **A Produção Capitalista do Espaço**. Anna Blume. São Paulo: São Paulo.

LUCE, Mathias Luce. **La expansión del subimperialismo brasileño: La política de integración del gobierno Lula en América Latina** (y II). Martes 10 de febrero de 2009 por CEPRIID: disponible en el sitio: <http://www.nodo50.org/ceprid/spip.php?article396>, fecha de entrada, 20 de noviembre de 2012.

MANDEL. **Tratado de Economía Marxista**. México. Serie Popular Era, 1962. Vol. II.

MARISTRELLO PORTO, Antônio José e NOGUEIRA, Rafaela. **Política Industrial: Não Há Filé Grátis**. Cadernos DIREITO FGV RIO, Educação e Direito - v.6 - Rio de Janeiro - Dezembro de 2011

MARX, K. El Capital, 7 vols. Ciudad de México: Siglo XXI Editores, 1991.

NOVOA, Luis Fernando. O Brasil e seu desbordamento: o papel central do BNDES na expansão das empresas transnacionais brasileiras na América do Sul. In: Empresas transnacionais brasileira na América Latina, um debate necessário/Organização: Instituto Rosa Luxemburg Stiftung... et al. -1 ed.—São Paulo Expressão Popular, 2009.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO, 2008. Disponível em: http://www.pdp.gov.br/Paginas/detalhamento_programa.aspx?programa=Carnes&path=Programas-Consolidar%20e%20Expandir%20a%20lideran%C3%A7a-Carnes, data de pesquisa 20/09/2013.

REZENDE LOPES, Mauro de; VIDIGAL LOPES, Ignez e; MARMELLO, Carlos (2012). **Reações de Governos Podem Globalizar a Inflação dos Alimentos**. Economia Aplicada:

Estudos Agrícolas do IBRE/FGV, 14/09/2012. Enviado pelos autores em 13/03/2013.

RUBIO, Blanca. La fase agroalimentaria global en América Latina y la pérdida de la autosuficiencia alimentaria, 1990-2002, in: BEJARANO y MATA (editores). **Impacto del Libre Comercio, Plaguicidas y Transgénicos en la Agricultura de América Latina**. México: Editorial Futura, 2003.

_____. **Explotados y Excluidos: los campesinos latinoamericanos en la fase agroexportadora neoliberal**. México: Plaza y Valdes, 2001.

SHAIKH, Anwar. **Valor, Acumulación y Crisis: Ensayos de economía política**. Tercer Mundo Editores. Colombia: agosto de 1991.

Recebido em 2013-09-25
Publicado em 2014-08-25